

PROJETO PEDAGÓGICO – PROGRAMA DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL

INSTITUIÇÃO DE ENSINO	
RAZÃO SOCIAL:	UNIEDUCAR INTELIGÊNCIA EDUCACIONAL LTDA
NOME DE FANTASIA:	UNIEDUCAR UNIVERSIDADE CORPORATIVA
CNPJ(MF):	05.569.970/0001-26
REGISTRO SICAF (UC):	170038 – SUPERINTENDÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO DO MIN. DA FAZENDA (CE)
REGISTRO ABED:	5.189 – CATEGORIA INSTITUCIONAL
REGISTRO CRA-CE:	PJ-3457

Metodologia: O conteúdo dos programas de qualificação profissional pode ser disponibilizado conforme a evolução do programa, e em função de sua correspondente carga horária. É apresentado em uma interface diagramada de fácil navegação no Ambiente Virtual de Aprendizagem – AVA. O acesso às videoaulas e materiais extras disponíveis na Biblioteca (e-books) e Videoteca é bastante intuitivo e proporciona uma experiência de interatividade no processo de aprendizagem a distância. Os programas preveem a participação do aluno em atividades de interação no AVA. Tais atividades - passíveis de serem comprovadas, podem ocorrer por meio de conversação em tempo real, fóruns, videoconferências, jogos, aulas participativas, trabalhos em equipe, discussões, dinâmicas de grupo, estudos de caso ou simulações.

Sincronicidade: os cursos/eventos são caracterizados como síncronos, a partir do momento da inscrição, com a indicação por parte do aluno, da data que iniciará, tendo em vista que passa a ter data de início e término definidas.

Tutoria e Formas de Interação: Os cursos recebem suporte de uma tutoria especificamente designada para acompanhamento do rendimento dos alunos. A interação é realizada online por meio da plataforma AVA. A tutoria é desenvolvida de modo proativo e consiste na assistência didática, compartilhamento de informações, troca de experiências, estímulo ao cumprimento dos exercícios propostos e cooperação visando o melhor aproveitamento dos conteúdos estudados. A tutoria é desempenhada pelo corpo de tutores da Unieducar e a interação entre tutores, estudantes e administração do curso é preferencialmente online, podendo ser agendadas ações em outras modalidades (fóruns, videoconferências, chats, etc.). A tutoria efetiva encaminhará módulos de conteúdos com atividades avaliativas semanalmente, para que o estudante possa complementar os estudos quanto ao tema desenvolvido no curso.

Avaliação/Certificação: Nos cursos, a avaliação é qualitativa e múltipla. A nota da avaliação final pode contemplar fatores e formas de avaliação diversas, tais como a elaboração de atividades complementares durante e ao término do programa, bem como a frequência e participação em eventos de conversação em tempo real, nas quais são observadas as contribuições de ordem teórica e prática, além de outras modalidades de avaliação individual. A geração do certificado eletrônico é condicionada à verificação de aproveitamento mínimo de 70% (setenta por cento) nas atividades e avaliação. Todos os cursos contam com ferramenta de avaliação de conteúdo (aprendizagem) e institucional, que somente é disponibilizada após transcorrido o prazo mínimo correspondente à carga horária certificada.

Organização curricular: Os programas apresentam organização curricular elaborada a partir de projetos pedagógicos específicos por uma equipe pedagógica multidisciplinar, que acompanha toda a concepção dos conteúdos.

Tecnologia de EAD/e-learning: Após a elaboração dos conteúdos é realizada a migração para o Ambiente Virtual de Aprendizagem - AVA, envolvendo rotinas de Design Instrucional adequadas aos assuntos abordados.

Materiais Didáticos: Os conteúdos programáticos são lastreados em materiais didáticos constantemente atualizados. Dentre os objetos de aprendizagem podem ser disponibilizados videoaulas; livros eletrônicos (e-books); testes; além de conteúdos extras com material relacionado.

Interação e Suporte Administrativo: Os programas de formação contam – além do suporte de tutoria especializada - com uma infraestrutura de apoio que prevê a interação entre alunos e alunos; alunos e professores/tutores; e alunos e pessoal de apoio Administrativo. Essa interação é garantida por meios eletrônicos com registros de chamados e/ou por meio telefônico, conforme o caso. O AVA utilizado pela Unieducar é uma plataforma proprietária, desenvolvida e atualizada permanentemente, e permite, dentre outras facilidades, o acompanhamento das horas de estudo a distância e também presencial, conforme o caso.

Sobre a Instituição de Ensino: Desde 2003 a Unieducar Universidade Corporativa atua com a idoneidade e credibilidade atestada por diversos órgãos públicos, e empresas privadas, além de milhares de profissionais, servidores públicos, estudantes e professores universitários de todo o Brasil. Somos cadastrados junto ao SICAF - Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores do Governo Federal - como fornecedores de cursos e treinamentos junto à Administração Federal. A Unieducar é associada à ABED – Associação Brasileira de Educação a Distância e à IELA - International E-Learning Association. Atendemos mediante Nota de Empenho a todos os órgãos públicos Federais, Estaduais e Municipais, emitindo a respectiva documentação fiscal (Nota Fiscal de Prestação de Serviços Eletrônica) vinculada às matrículas.

ESTRUTURA DO CURSO - COMPONENTES CURRICULARES

TÍTULO DO PROGRAMA: Direito Constitucional - Fundamentos

CARGA HORÁRIA: 120 horas

PRAZO MÍNIMO PARA CONCLUSÃO: 15 dias

PRAZO MÁXIMO PARA CONCLUSÃO: 60 dias

OBJETIVOS GERAIS:

Curso online Fundamentos de Direito Constitucional. O Direito Constitucional serve de base para todas as demais áreas do Direito.

Neste curso estudaremos Princípios Constitucionais e elementos fundamentais para a operação do Direito em sua essência.

Desde a história do constitucionalismo moderno até a promulgação da Constituição Federal de 1988, o programa de desenvolvimento profissional na área Jurídica tem como objetivo consolidar e atualizar os preceitos.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS: Proporcionar ao estudioso na área uma visão abrangente sobre os temas elencados no Conteúdo Programático.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

DIREITO CONSTITUCIONAL – CONCEITO E OBJETO DE ESTUDO: Conceitos da Constituição;

Conceito Sociológico; Conceito Político; Conceito Jurídico.

CONCEITOS DA CONSTITUIÇÃO: Estado Moderno; Constituição e Constitucionalismo;

Poder Constituinte; Constituição – Classificação.

A HISTÓRIA DO CONSTITUCIONALISMO NO BRASIL: Constituição do Império;

Primeira Constituição da República (1891); Segunda Constituição da República (1934);

Terceira Constituição da República (1937) – O Golpe; Quarta Constituição da República (1946);

Quinta Constituição da República (1967) e o Golpe Militar.

A CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA DE 5 DE OUTUBRO DE 1988: A Constituinte de 1987-1988;

A Constituição Cidadã (5 de outubro de 1988);

Aspectos Críticos em Relação à Constituinte de 1987-1988 e à Constituição de 1988.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL: FUNDAMENTOS E PRINCÍPIOS: Fundamentos da República Federativa do Brasil;

Princípios que regem a Relação Internacional da República Federativa do Brasil.

DIREITOS FUNDAMENTAIS: Antecedentes Históricos; A Questão sobre os Fundamentos dos Direitos;

As Declarações de Direitos e a Ideia de Universalidade;

Os Direitos Fundamentais, suas Garantias e a Constituição Brasileira de 1988.

OS DIREITOS FUNDAMENTAIS NA CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA DE 1988: Direitos individuais.

OS DIREITOS FUNDAMENTAIS SOCIAIS NA CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA DE 1988: Trabalho;

Associação Profissional – Liberdade Sindical; Greve.

DA NACIONALIDADE, DOS DIREITOS POLÍTICOS E DOS PARTIDOS POLÍTICOS: Nacionalidade;

Critérios de Atribuição de Nacionalidade: *Ius Solis* x *Ius Sanguinis*;

Como a Constituição Federal tratou do Tema Nacionalidade; Português Equiparado;

Perda da Nacionalidade; Lei de Inelegibilidades (LC 64/90);

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: Introdução; Princípios da Administração Pública; Acesso ao Serviço Público; Concurso Público; Associação Sindical e Greve; Remuneração.

A ORGANIZAÇÃO DO ESTADO: Federação.

ORGANIZAÇÃO DOS PODERES – LEGISLATIVO: Poder Legislativo; Da Estrutura; Sessões Conjuntas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal; Comissões Parlamentares; Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs).

PROCESSO LEGISLATIVO: Emendas à Constituição; Leis Complementares; Leis Ordinárias; Leis Delegadas; Medidas Provisórias; Decretos Legislativos; Resoluções; Fases do Processo Legislativo.

ORGANIZAÇÃO DOS PODERES – EXECUTIVO: Poder Executivo; Presidente da República – Eleição, Mandato e Posse.

ORGANIZAÇÃO DOS PODERES – JUDICIÁRIO: Poder Judiciário; Da Estrutura; Supremo Tribunal Federal.

PODER EXECUTIVO, PODER JUDICIÁRIO E FUNÇÕES ESSENCIAIS DA JUSTIÇA
Funções Essenciais da Justiça; Ministério Público; Advocacia Pública; Defensoria Pública.

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO: Tribunal de Contas da União; Composição; Requisitos; Competências.

REMÉDIOS CONSTITUCIONAIS: Habeas Corpus; Mandado de Segurança; Mandado de Injunção; Habeas Data; Ação Popular.

ESTADO DE SÍTIO: Defesa do Estado e das Instituições Democráticas; Estado de Sítio.

REVISÃO OAB - TEORIA GERAL DO DIREITO CONSTITUCIONAL E LIBERDADES INDIVIDUAIS
Introdução; Perspectiva Histórica; Teoria Geral do Direito Constitucional; Classificação das Constituições; Poder Constituinte; Direitos Individuais – Art. 5º e outros; Remédios Constitucionais.

REVISÃO OAB - NACIONALIDADE E DIREITOS POLÍTICOS: Nacionalidade; Opção de Nacionalidade; Direitos Políticos; Inelegibilidade Reflexa; Inelegibilidade dos Militares; Perda e Suspensão dos Direitos Políticos.

REVISÃO OAB - ORGANIZAÇÃO DO ESTADO E PODER LEGISLATIVO
Federação Brasileira – Características e Formação; Competências Federativas; Representação Interventiva; Poder Legislativo – Congresso Nacional; Comissão Parlamentar de Inquérito; Imunidades Parlamentares; Tribunais de Contas.

REVISÃO OAB - PROCESSO LEGISLATIVO E PODER EXECUTIVO: Introdução; Processo Legislativo; Espécies Normativas; Emendas à Constituição; Leis Complementares; Leis Ordinárias; Leis Delegadas; Medidas Provisórias; Decretos Legislativos e Resoluções; Poder Executivo.

REVISÃO OAB - PODER JUDICIÁRIO E CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE
Poder Judiciário; Justiça Militar; Justiça Eleitoral; Justiça do Trabalho; Súmulas Vinculantes e CNJ; Controle de Constitucionalidade; Classificações do Controle de Constitucionalidade; Controle Preventivo e Repressivo de Constitucionalidade; Controle Difuso de Constitucionalidade; Cláusula de Reserva de Plenário; Controle Concentrado de Constitucionalidade; Ações em Espécie.